

## O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e a Revista *Ecos Juvenis*: educação e imprensa feminina no sertão mato-grossense (1937-1945)

### Resumo

Fundado em 1926, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora é uma das mais tradicionais instituições de ensino no país, sediado no sul do antigo estado de Mato Grosso unificado, atual Mato Grosso do Sul. Por suas salas de aula passaram, recebendo sólida formação intelectual, religiosa e moral, importantes figuras femininas da sociedade mato-grossense. Em sua estrutura organizacional, o colégio conta com uma Associação de Ex-Alunas, criada em 1933, que teve entre as suas atribuições a elaboração e a publicação da Revista *Ecos Juvenis*, que circulou em Mato Grosso de 1934 até meados da década de 1950. Inicialmente o periódico surge como órgão de divulgação das atividades culturais e científicas da comunidade colegial, posteriormente, durante o Estado Novo, passa a ser vinculado ao Grêmio Literário Dom Aquino, transformando-se em meio de divulgação dos ideais do regime estadonovista. O objetivo desse artigo é refletir sobre a inserção do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora na política educacional estanovista e “ouvir” as vozes de suas alunas, que “ecoaram” das páginas de *Ecos Juvenis*, tratando do cotidiano escolar, da cidade e da nação.

Palavras-chave: Estado – Imprensa Feminina – Educação

### O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora no contexto político do Estado Novo

Em junho de 1894, chegou a Cuiabá a primeira expedição de missionários salesianos, acompanhados pelo Bispo Dom Luiz Lasagna, com o objetivo de evangelizar as populações indígenas. Mas, efetivamente, isso só veio a acontecer por volta do ano de 1900, com a chegada do Pe. Bálzola ao Mato Grosso. Em 1901, os salesianos conseguiram, finalmente, fundar a primeira colônia em “Tachos”, mas a falta de água potável provocou sua transferência para a região de “Meruri”, em Mato Grosso. Em 1902, iniciaram o trabalho de catequização dos índios Bororo – “*o terror dos civilizados*”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> BITTAR, Mariluce. **Política de educação na região sul de Mato Grosso e a influência da congregação salesiana**. Comunicação apresentada ao VI Congresso Internacional da Brazilian Studies Association – BRASA, Atlanta, Geórgia/USA, 4 a 6 de abril de 2002.

Nos primeiros anos do século XX, os salesianos iniciaram suas atividades educacionais, com a fundação do Liceu de Artes e Ofício de São Gonçalo, em Cuiabá. Em 1919 chegaram ao sul de Mato Grosso, fundando, em Campo Grande, a Escolinha de São José. Em 1929, adquiriram, da Associação Pestalozzi, o Ginásio Municipal, transformado em Colégio Dom Bosco, constituindo-se, desde então, “*numa das maiores experiências educativas dos salesianos*”<sup>2</sup>. Mas um dos principais marcos das atividades salesianas no então sul de Mato Grosso foi a fundação, em 1926, do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que se propunha a educar as “filhas do sertão”, oferecendo, num primeiro momento, o curso primário e, posteriormente, os cursos normal, em 1931, comercial, em 1934, e ginásial, em 1938. As alunas poderiam ser matriculadas em regime de internato, semi-internato ou externato.

Atribui-se a fundação do colégio à soma dos esforços conjuntos dos salesianos e das esposas de proeminentes personalidades das elites campo-grandenses, às quais estavam representadas numa comissão formada por D. Dorinha de Figueiredo, esposa do prefeito de Campo Grande, doutor Arnaldo Estevão de Figueiredo, que veio a se tornar presidente da comissão; D. Beatriz Chaves, esposa do juiz de direito, doutor Laurentino Chaves; D. Antonia Corrêa da Costa (D. Neta), que havia cedido a casa para o funcionamento do Colégio; D. Blanche dos Santos Pereira e D. Thomazia Rondon.<sup>3</sup>

Assim, em 25 de fevereiro de 1926, foi fundado o colégio Nossa Senhora Auxiliadora, cujo objetivo contribuiu para sanar a carência de estabelecimentos de ensino em Campo Grande que, à época, contava apenas com o Instituto Pestalozzi, fundado em 1915, e o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em funcionamento desde 1921, ambos oferecendo apenas o antigo ensino primário.

Após terminar o curso primário, os filhos das famílias de posses do sul de Mato Grosso iam estudar nos grandes centros da época ou, geralmente, em Cuiabá onde existia a única escola ‘ginásial’ do estado - o Liceu Cuiabano. Já as moças não tinham como prosseguir seus estudos, pois naquele tempo era quase impossível imaginar uma garota morando longe de sua família, mesmo que fosse para estudar<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> PENTEADO, Yara. **Auxiliadora - setenta anos**. Campo Grande: Gráfica Ruy Barbosa. 1996.p. 29.

<sup>4</sup> BITTAR, Marisa e FERREIRA Jr., Amarílio. “De freguesia a capital: 100 anos de educação em Campo Grande”. In: **Campo Grande - 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 169 – 194.

Logo, a função do colégio caracterizou-se por oferecer às educandas instrução voltada para o refinamento cultural e social, a fim de torná-las aptas ao convívio social como mulheres virtuosas, polidas e religiosas convictas, atendendo assim às expectativas das famílias que desejavam ver suas filhas como futuras “damas da sociedade”. Exatamente por isso, na grade curricular do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora constavam cursos de “costura, piano e de pintura; preparação para a primeira comunhão e crisma”.<sup>5</sup>

Segundo consta dos livros de registros do colégio, em 1926 havia 143 alunas matriculadas. No ano seguinte, observou-se o aumento das matrículas, registrando-se a presença de 277 alunas, das quais 27 em regime de internato e 250 no de externato.

Durante a década de 1930, o colégio estendeu sua fama de boa escola através da região e de vários estados brasileiros, sendo que em seus documentos constatam-se matrículas de meninas oriundas de municípios mato-grossenses como Aquidauana, Três Lagoas, Dourados e Rio Brillhante, entre outros, e dos estados de Goiás, São Paulo e até do Ceará, caso da interna Maria da Glória Sá Rosa<sup>6</sup>, que ingressou em 1934.

Concomitante à expansão do colégio, durante as décadas de 1930 e 1940, ocorreram significativas mudanças nos rumos da educação no país. A criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, e a promulgação da Constituição de 1934 vinham ao encontro das questões propostas pelos reformadores representados por, entre outros, Francisco Campos, quanto daquelas requeridas pelos católicos, como a implantação, nas escolas, do ensino religioso facultativo.<sup>7</sup>

Com a implantação do Estado Novo e a outorga da nova Constituição, em 1937, a educação no Brasil passou a enfatizar a ideologia do trabalho e do nacionalismo, sendo instituído, nas grades curriculares em todas as escolas primárias, normais e secundárias do país, o ensino de trabalhos manuais e educação cívica.

*“As diretrizes ideológicas que nortearam a política educacional do Estado Novo consubstanciavam-se na exaltação da nacionalidade,*

---

<sup>5</sup> PENTEADO, Yara. Op. Cit.1996. p. 35.

<sup>6</sup> Como educadora, teve significativa participação nos cursos de Educação e Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, instituição da qual recebeu, em 2007, o título de Doutora *Honoris Causa*. Como escritora, publicou diversos livros entre eles. **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande : EdUFMS. 1990.

<sup>7</sup> SILVA, M. dos S. **A Educação Brasileira no Estado-Novo: 1937/1945**. São Paulo: Editorial Livramento, 1980. p.20.

*nas críticas ao liberalismo, no anti-comunismo, na valorização do ensino profissional*”<sup>8</sup>.

Sob as diretrizes do governo, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora criou o curso Ginásial, em 1938, procurando dar continuidade ao seu intuito de educar as moças de toda a região dentro dos preceitos da religião e, agora, da Nação. Havia ainda a possibilidade, para aquelas que quisessem ter alguma pretensão profissional, da carreira no magistério, através da formação no curso “Normal”.

Vale informar, que as primeiras escolas normais para a formação de professores no Brasil foram criadas entre 1835 e 1880, oferecidas, a princípio, somente aos homens, havendo a inclusão feminina nos primeiros anos da República<sup>9</sup>.

A inclusão das normalistas acarretou mudanças curriculares, com a “*introdução da disciplina Prendas Domésticas e Trabalhos com Agulha, cursada apenas pelas alunas*”<sup>10</sup>. Tais disciplinas possibilitavam às educandas organizar seu enxoval para o futuro lar. Deste modo, a Escola Normal procurava priorizar a educação feminina visando preservar a moral e a instrução da mulher para o espaço doméstico, “*procurando guardá-la dos desvios que pudessem denegrir a imagem da mulher perfeita (instruída para o lar, e para o esposo)*”<sup>11</sup>.

Vale ressaltar que o próprio nome atribuído ao curso “Normal” indica que, em sua concepção, haveria um sentido de naturalidade para a escolha vocacional feminina – professora /mãe. Portanto, o ensino Normal tornava-se uma complementação da educação adquirida na família, contribuindo para que a mulher tivesse uma sólida formação religiosa baseada nos preceitos cristãos, destacasse sua posição social de elite, ou seguisse os caminhos da “natureza” feminina através do “dom” de ser professora e, acima de tudo, mãe.

Logo, a educação que as filhas das elites do sul de Mato Grosso recebiam no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora pretendia atender às expectativas postas pela sociedade quanto ao modelo ideal de mulher: boa filha, virtuosa esposa e dedicada mãe.

---

<sup>8</sup> Idem. p.25

<sup>9</sup> RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: A organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 2003.p. 65.

<sup>10</sup> NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.p.29.

<sup>11</sup> MANOEL, Ivan A. **Igreja e Educação Feminina (1859-1910): Uma face do conservadorismo**. São Paulo: EdUNESP, 1996.p.86.

Com isso, o Colégio N. S. Auxiliadora se enquadrava no plano das políticas públicas dirigidas às mulheres do final da década de 1930 e início da década de 1940 que, segundo Schwartzman, “*objetivavam uma educação voltada para o lar, ressaltando as virtudes próprias das mulheres, a sua missão de esposa, de mãe, de filha, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade*”, qualidades com as quais cooperariam não apenas com o outro sexo, mas, acima de tudo, “*com a construção da pátria*”.<sup>12</sup>

Nesse sentido, pode-se destacar o Estatuto da Família, idealizado pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e apoiado pela Igreja Católica. Tal projeto visava regulamentar a política de previdência social, o papel da mulher na sociedade, a educação e, eventualmente, a política populacional do país.<sup>13</sup>

Embora o Estatuto não tenha sido de fato promulgado, cabe aqui considerar que suas idéias e propostas mobilizaram diversos setores da sociedade. Para Schwartzman:

*“O Estatuto proposto por Capanema é um documento doutrinário que busca combinar duas idéias para ele indissociáveis: a necessidade de aumentar a população do país e a de consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional”*.<sup>14</sup>

O Estatuto previa incentivos ao casamento, oferecendo facilidades, até mesmo de empréstimos, matrimoniais, prêmios de núpcias, de natalidade, bem como estabelecendo impostos aos solteiros ou àqueles que não tivessem filhos. O Estatuto foi um esboço muito significativo do que se pensava, naquele momento histórico, como forma de controle populacional, uma vez que estes incentivos vinculavam-se ao controle da própria sexualidade da população.

Pelo Estatuto, a família era definida como uma “*comunidade constituída pelo casamento indissolúvel com o fim essencial de gerar, criar e educar a descendência*”, e por isto considerada como “*o primeiro fundamento da Nação*”. Exatamente por isso, a família deveria ser colocada sob a tutela e “*a proteção especial do Estado, que velará pela sua formação, pelo seu desenvolvimento, pela sua segurança e pela sua honra*”<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena & COSTA, Vanda. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.p.109.

<sup>13</sup> SCHWARTZMAN, Simon. **A Igreja e o Estado Novo: O Estatuto da Família**. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, vol. 37, Maio, 1980. s/p.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Decreto-lei nº 2024, fevereiro de 1940. Apud: SCHWARTZMAN, Simon Op. Cit. 1980.s/p.

Ainda segundo Schwartzman, o Estatuto teve como principal inspiração o documento do Padre Leonel Franca, intitulado "O problema da natalidade", que apontava a diminuição da natalidade como o *"maior flagelo que pode ameaçar uma nação"*. Dentre as medidas a serem adotadas pelo governo para a resolução daquele *"flagelo"*, elencavam-se:

- *"redução progressiva do trabalho feminino fora do lar (a mulher que trabalha fora, funcionária ou operária, ou não é mãe, ou não é boa mãe, ou não é boa funcionária). O salário familiar permite a volta da mulher a casa, com mentalidade renovada."*

- *"luta contra o urbanismo. Os grandes centros são hostis às famílias numerosas. Rumo à terra! Rumo ao campo!"*.

- *"proibição de instrumentos e drogas destinadas a práticas anticoncepcionais"*.

- *"proibição de livros, folhetos, cartazes, filmes, peças de teatro e de qualquer propaganda anticoncepcional."*

- *"proibição legal eficiente do aborto."*

- *"conservar o clima espiritual e cristão em que respiram as famílias brasileiras e lutar contra o materialismo que alimenta a concepção egoísta da vida estéril"*<sup>16</sup>.

Seguindo essa orientação, o Estatuto da Família, em seu 13º artigo, evidenciava uma educação para as mulheres que as tornassem *"afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa"*. Por seu turno, o artigo 14º propunha restringir a admissão de mulheres no serviço público e privado, *"as quais só poderiam ser admitidas em empregos próprios da natureza feminina e dentro dos estritos limites da convivência familiar"*<sup>17</sup>.

Posto isso, os limites estabelecidos para a educação dos sexos podem ser ilustrados com uma parte do discurso proferido por Gustavo Capanema, em 1937, por ocasião do centésimo aniversário do Colégio Pedro II:

*"[...] se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade que é o preparo para a vida no lar. A família constituída pelo casamento indissolúvel é a base de nossa*

<sup>16</sup> Pe. Leonel Franca. O problema da natalidade. Apud: SCHWARTZMAN, Simon Op. Cit. 1980.

<sup>17</sup> s/p. SCHWARTZMAN, Simon. Op. Cit. 1984. p.112.

*organização social, e por isso colocada sob a proteção social do Estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói. Ao Estado, pois, compete, na educação que lhes ministra, prepará-las conscientemente para esta grave missão”<sup>18</sup>.*

O enquadramento do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em relação à política educacional do Estado Novo, materializada, além das ações apresentadas acima, na marcante presença dessa comunidade colegial em campanhas patrióticas, festejos cívicos e em solenidades de posse de autoridades locais, bem como no significativo comparecimento de representantes do poder público no interior do colégio, pode ser constatado na leitura dos veículos da imprensa regional da época, mas, sobretudo, na análise das páginas do periódico estudantil **Ecos Juvenis**.

### **Os Ecos Juvenis das meninas e da Nação**

A revista **Ecos Juvenis** foi um periódico de variedades e de assuntos educacionais produzido pelas alunas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que circulou em Campo Grande e demais cidades do Estado de Mato Grosso de 1934 até meados da década 1950. Inicialmente com tiragem bimestral limitada, distribuição gratuita e pequenos volumes contendo, em média, 12 páginas, a revista, a priori, pretendia atingir apenas a comunidade interna do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, ou seja, educandas, educadores, funcionários e colaboradores do colégio. A partir de 1937, a Revista sofreu um processo de expansão, tendo aumentado tanto o número de anúncios de patrocinadores, em geral profissionais liberais e casas comerciais de Campo Grande e região, quanto no número de páginas, passando a publicar exemplares com até 40 páginas. Esses dados, aliados ao surgimento da possibilidade de assinatura anual da revista a 5\$000, em 1937; 7\$000, em 1938, e 10\$000, em 1940, permitem inferir que houve crescimento do público leitor e da circulação desse periódico.

Em seu pequeno formato de brochura, medindo 16 x 20 cm, **Ecos Juvenis** tinha a aparência física de um caderno escolar ou de um diário íntimo, lugar que serviria como depositário dos pensamentos, poesias e lembranças das moças da época. A revista

---

<sup>18</sup> Trecho de discurso proferido por Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, de 1934 a 1945, por ocasião do aniversário do Colégio Pedro II. In CAPANEMA, Gustavo. Conferência. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1937, GV/CPDOC. Cf. REIS, Maria Cândida Delgado. **Tessitura de Destinos. Mulher e educação. São Paulo 1910/20/30**. São Paulo: EDUC. 1993, p. 88.

se apresentava como um guia de informação e de orientação para suas leitoras e leitores, trazendo notícias das atividades do colégio e dos salesianos em Mato Grosso, seções educativas como as “Lições de Português”, discursos, peças de teatro, poemas, poesias e anedotas escritas pelas educandas.

Pelas páginas da revista é possível aferir os esforços da interação institucional entre o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e os representantes do Estado Novo, numa relação descrita por Norberto Dallabrida como o processo de nacionalização do ensino durante a era Vargas, que teve como meta a homogeneização de condutas e a normatização de “desvios sociais”, levando ao surgimento de uma disciplina vigilante dentro das escolas capaz de consolidar a brasilidade<sup>19</sup>.

Parte dessa disciplina vigilante se dava por meio de visitas de autoridades ao colégio, como a do interventor Júlio Müller, acompanhado do prefeito campo-grandense Eduardo Olimpio Machado, ocorrida em fevereiro de 1940. A impressão que essas autoridades tiveram foi transcrita, nas páginas de **Ecos Juvenis**, nos seguintes termos:

*Valiosas impressões*

*“Visitando hoje este modelar educandário, pude lembrar, com emoção e saudade os dias que se distanciam da minha meninice e juventude, vivido sob tecto como este, consagrado, pelos salesianos, à educação da mocidade. A ordem, o asseio, a disciplina reinam neste colégio. A nossa impressão foi optima”*

*Júlio S. Müller.*

*“Como das outras vezes, levo uma magnífica impressão da visita a este modelar estabelecimento de ensino”*

*Eduardo O. Machado.<sup>20</sup>*

Ao que tudo indica, essa relação era amistosa e de cooperação, como foi relatado, em tom de saudade, no depoimento da Irmã Bartira Constança Gardès, educadora do colégio Nossa Senhora Auxiliadora entre 1936 e 1970:

*“Na minha época, o relacionamento do colégio com a comunidade era intenso. Participávamos da posse dos governadores, dos militares, em solenidades a que eu sempre comparecia com um grupo de alunas. Hoje nosso entrosamento com as autoridades é frio, ou*

---

<sup>19</sup> DALLABRIDA, Norberto. **A Fabricação escolar das elites**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

<sup>20</sup> **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Fevereiro e Março de 1940. p. 06

*inexistente. Anualmente fazíamos um desfile geral com as alunas do Dom Bosco e Auxiliadora, visitávamos o prefeito, o general, a comunicação era fraterna.”*<sup>21</sup>

Segundo Maria H. R. Capelato, durante o regime estadonovista uma das poucas formas de manifestações coletivas aprováveis eram as paradas, as marchas e os desfiles, tendo essas cerimônias características de um teatro público de feição militarizada e altamente formal. Assim, a participação das educandas do Colégio Nossa S. Auxiliadora nesses eventos podem ser entendidas como parte da sua formação moral e intelectual.<sup>22</sup>

Tais cerimônias exerceram importância crucial no que diz respeito à sedimentação da unidade da nação e do fortalecimento do Estado, uma vez que esses rituais possuem a capacidade de contribuir para a construção de valores sociais e políticos, ao mesmo tempo em que podem tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos<sup>23</sup>. Logo, essas festividades podem ser percebidas como sendo a forma ideal de comunicação entre o regime e a sociedade<sup>24</sup>. Como destacou Alcir Lenharo:

*“A chave da organização dos grandes espetáculos era converter a própria multidão em peça essencial dessa mesma organização. Nas paradas e desfiles pelas ruas ou nas manifestações de massa, estáticas, em praças públicas, a multidão se emocionava de maneira contagiante, participando ativamente da produção de uma energia que carregava consigo após os espetáculos, redistribuindo-a no dia-a-dia, para escapar à monotonia de sua existência e prolongar a dramatização da vida cotidiana.”*<sup>25</sup>

Vale esclarecer que os desfiles, as reuniões, os símbolos e rituais não foram criados pelo regime do Estado Novo, existindo, portanto, desde há muito tempo. A Igreja Católica, por exemplo, em suas cerimônias e procissões, buscava um forte apelo à

<sup>21</sup> Depoimento de Ir. Bartira Constança Gardès. In: ROSA, M. da G. Sá. Op. Cit. 1990. p.91.

<sup>22</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo**. Campinas: Papyrus, 1998.

<sup>23</sup> GOULART, Silvana. **Sob a Verdade Oficial: Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo**. RJ: Marco Zero, 1990.

<sup>24</sup> GARCIA, Nelson Jahr. **O Estado Novo: Ideologia e Propaganda: a Legitimação do Estado perante as Classes Subalternas**. SP: Loyola, 1982.

<sup>25</sup> LENHARO, Alcir. **Nazismo: O Triunfo da Vontade**. SP: Ática, 1986. p. 39-40

participação dos diversos extratos sociais<sup>26</sup>. No entanto, a marcante participação das educandas nos desfiles cívicos estadonovistas pode ser entendida sob duplo aspecto: de um lado, como parte de um comportamento resultante das diretrizes do regime no tocante à educação. De outro lado, como um momento de descontração que, fugindo do âmbito da sala de aula, criava um ambiente de maior sociabilidade. Em outros termos, da mesma forma que os desfiles cívicos tinham a finalidade de desenvolver o sentimento patriótico e louvar os “grandes feitos” dos “grandes homens”, ele pode ser entendido como um momento de “paquera” para as alunas, de se vestirem como adultas em seus trajes de gala.

Nas páginas dos periódicos de Campo Grande, é possível observar que os pontos altos da participação das educandas eram não só a celebração das datas nacionais, como o 1º de maio e o 7 de setembro, mas também a comemoração do aniversário do Presidente Getúlio Vargas, em 19 de abril, e a implantação do Estado Novo, em 10 de novembro. Tais datas tinham seus festejos organizados por dois órgãos dentro do Colégio: o “Centro Literário Dom Aquino Corrêa”, criado em abril de 1938, e o “Centro Cívico Getúlio Vargas”, fundado em 19 de abril de 1942. Fundadas, portanto, no mês natalício do presidente Vargas, ambas as entidades eram responsáveis por promoverem festas e reuniões em que as alunas declamavam, cantavam e encenavam peças teatrais, por elas criadas. Conforme o depoimento da Irmã Bartira Constança Guedes, nessas ocasiões “o salão era pequeno para conter o público”<sup>27</sup>.

Se era da competência do Centro Literário D. Aquino Corrêa e do Centro Cívico Getúlio Vargas a organização das comemorações cívicas, ao periódico **Ecos Juvenis** cabia a tarefa de ser elemento de divulgação das mesmas, muitas vezes reproduzindo notícias veiculadas nos jornais diários. É o que se observa, por exemplo, na reprodução da notícia veiculada no jornal **O Progressista**, de 20/04/1943, intitulada “O Aniversário do Presidente Getúlio Vargas e o Colégio N. S. Auxiliadora”:

*“Foi comemorado ontem, com extraordinário brilho, no colégio N.S. Auxiliadora, o dia gentílico do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, muito digno e querido presidente da República”.*

*Com a presença de todo o corpo docente interno e externo, das 700 e tantas alunas e exmas famílias, deu-se início, às 8 horas, ao programa das comemorações, constando de números de música, de recitativos, discursos, representações teatrais e diálogos interessantes, tudo referente à inconfundível personalidade e aos atos públicos do*

<sup>26</sup>

CHAUÍ, Marilena. **Ideologia e Mobilização Popular**. RJ: Paz e Terra, 1978.

<sup>27</sup>

Depoimento de Ir. Bartira Constança Gardès. In: ROSA, M. da G. Sá.(1990) op. Cit. p.91.

*festejado aniversariante. Todos os cursos, por suas classes, tomaram parte no desenvolvimento do programa, e todas as alunas se saíram admiravelmente bem no desempenho de seus papéis (...) Houve a renovação da Diretoria do CENTRO CÍVICO GETÚLIO VARGAS E DO GRÊMIO LITERÁRIO D.AQUINO CORRÊA”<sup>28</sup>.*

Numa reflexão sobre o significado da transformação do aniversário do Presidente Getúlio Vargas em uma data festiva dentro do calendário oficial, é possível afirmar que esta tenha se convertido em sinônimo de agradecimento da população ao líder da nação pelos benefícios e mudanças implantados no país durante seu governo.

No contexto da era Vargas, a revista **Ecos Juvenis** enunciava já no primeiro número, datado de agosto de 1934, que era seu objetivo fomentar e divulgar a produção literária e intelectual de toda comunidade colegial. Explicitamente:

*“como diz seu nome, << Ecos Juvenis>> há de ser o porta-voz das alunas do colégio: nele se vão reproduzir <<luminosas idéias >> e << grandes pensamentos<sup>29</sup> >> que a sua falta, estariam eternamente supultados....”*

Para tanto, a educação se torna uma das mais importantes estratégias de governo sobre as mulheres — e também sobre as crianças — no controle de seus corpos e sexualidades,<sup>30</sup> como reforça a historiadora Luzia Margareth Rago: “a concepção originária de educar – do latim *educare*, que significa endireitar o que está torto, concepção que justifica a adoção de métodos autoritários de enquadramento da infância e da adolescência”<sup>31</sup>; à escola então é atribuído o papel de “formadora” do caráter de suas educandas.

Vale ainda ressaltar que, durante o período varguista, a escola era pensada como solução dos problemas nacionais, uma vez que a ela era designada a tarefa de educar corpos e mentes saudáveis e úteis à pátria. Sendo assim, todos os esforços convergiam para a “fabricação escolar” de trabalhadores disciplinados, honestos e mulheres aptas a desempenhar os papéis de esposa, mãe e professora, que serviriam como suporte nessa construção<sup>32</sup>.

<sup>28</sup> **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Março, Abril e Maio de 1943. p. 10

<sup>29</sup> **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Agosto de 1934. p. 01.

<sup>30</sup> WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.p. 65

<sup>31</sup> RAGO, L.M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890/1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985. p. 150.

<sup>32</sup> REIS, Maria Cândida Delgado. **Tessitura de Destinos: Mulher e Educação**. São Paulo: EDUC, 1993. p. 91

Algo curioso a ser observado é que, mesmo com uma proposta de educação feminina que valorizava o casamento e a maternidade, ao que tudo indica, pouco ou nada era informado às educandas sobre sexualidade, reproduzindo-se no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora o que informa a pesquisa de Jane Almeida:

*“Apesar de alguns estudos afirmarem que a Escola Normal, freqüentada pelas jovens (...) era uma espécie de curso preparatório para o casamento e para a maternidade, isso me parece uma redundância. Para ser mãe, necessariamente, a jovem normalista teria de passar pela experiência sexual e, nesse campo, tanto a escola de qualquer nível como a família, eram deliberadamente omissas. As jovens poderiam até receber os ensinamentos necessários de como cuidar da casa, bordar, cozinhar, alimentar os bebês, mas sobre sexo eram mantidas na mais extrema ignorância, aliás, não só sobre sexo em si, mas como em tudo que se referia à sexualidade, como menstruação, concepção e gestação”*.<sup>33</sup>

Deste modo, as instituições educacionais, bem como as omissões das famílias, contribuíam para manter as moças desinformadas e ausentes de qualquer conhecimento acerca de seu corpo e da sua sexualidade. Levando, ao que tudo indica, a maioria das jovens a se encaminharem ao matrimônio na mais completa ausência de conhecimento sobre o assunto. Tal orientação pode ser constatada no depoimento da Irmã Bartira:

*“Não se falava em sexo, porque era assunto fora dos padrões da época, mas orientavam-se a as meninas para o casamento. Eu mesmo orientei o casamento da Hilda com o Antônio Paniago e o casamento de Alda com o Leôncio Brito”*.<sup>34</sup>

Assim, ao observar o currículo escolar adotado no Colégio N. Senhora Auxiliadora, constata-se que a religião é mais central do que a formação profissional das educandas. Tal prática era reforçada nas aulas de Ensino Religioso, matéria de importância destacada, sendo publicado nas páginas do **Ecos Juvenis** o programa de seus exames:

*“Exames de Religião*

---

<sup>33</sup> ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: EdUNESP, 1998.p.181.

<sup>34</sup> Depoimento de Ir. Bartira Constança Gadés. In: ROSA, Maria da Glória Sá. **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: EdUFMS. 1990.p.90.

*Tomou um caráter solene o exame de Religião das alunas dos Cursos: Colegial, de Contador, Secretariado, conforme se vê pelo seguinte programa:*

*1 – Benção litúrgica da Bandeira do Papa*

*2 - Hino do Papa*

*3 – CRISTO – Mário de Lima – Poesia por Umbelina Câmara*

*4 – Hino da Santa Igreja.*

*5 – Alocução – por Adméia Barone*

*6 – Hino a Jesus Redentor.*

*7 – Exames Oraís.”<sup>35</sup>*

Interessante destacar que algumas alunas construam uma representação de Deus a partir do sentimento de medo e do temor ao castigo. Possivelmente isso se dava ao fato das próprias professoras, em sua maioria religiosas, incutirem nas alunas esse receio. Adotavam falas, como por exemplo, a de “*que Deus iria castigá-las*” caso desobedecessem alguma regra ou cometessem deslizes. Partindo-se da perspectiva de Foucault, *esse discurso assustador é apregoado nas sociedades cristãs a fim de ter um controle maior sobre os corpos, a sexualidade, bem como sobre as mentalidades das pessoas*<sup>36</sup>, nesse caso, das jovens estudantes.

### **Considerações Finais**

Pelos **Ecos Juvenis** é possível afirmar que a intencionalidade dos processos educacionais da mulher, no contexto do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, era condizente com as políticas educacionais do Estado Novo, bem como com os anseios da sociedade (patriarcal) da época – majoritariamente católica. A preocupação com a formação das educandas estava voltada no sentido de prepará-las para ser “*uma prodigiosa dona de casa, virtuosa esposa e dedicada mãe de família*”.

Foram esses os elementos que permearam os olhares e os discursos veiculados nos periódicos que circularam em Mato Grosso durante o Estado Novo, cuja função era não somente orientar, mas vigiar os comportamentos de homens e mulheres. Diante deste contexto, é possível perceber, nas páginas de **Ecos Juvenis**, os discursos afinados entre o Estado e a Igreja no que diz respeito à pedagogia moral atribuída à sexualidade

<sup>35</sup> **Ecos Juvenis**. Campo Grande. Outubro, Novembro e Dezembro de 1944. p. 17

<sup>36</sup> FOUCAULT, M. **História da sexualidade, 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 85.

feminina. Tal estereotipia previa ao homem o papel de provedor da família, ou seja, de marido/ pai trabalhador, honesto e higiênico. Quanto à mulher, restava a preservação da virgindade antes do casamento, a maternidade sadia e a submissão ao marido, cumprindo o papel de obediente filha, virtuosa esposa e dedicada mãe, objetivando seu preparo para as funções domésticas e maternas, acionando o que Erica Burman chamou de “*glorificação da maternidade*”<sup>37</sup>.

Por fim, é preciso considerar que as mulheres e homens mato-grossenses foram construindo suas condutas, ações e aspirações, ou seja, suas configurações identitárias, não por intercâmbio simbólico intermediado pela mídia, mas sim pelas experiências vividas e pelos materiais simbólicos a que tiveram acesso e com os quais foram “*tecendo uma narrativa coerente da própria identidade*”<sup>38</sup>. Deste modo, é possível refletir a respeito da forma como tais discursos se articularam com o do poder central, tendo como eixo fundamental a construção da Nação, a formação da família saudável e de cidadãos afeitos ao trabalho, bem como as regras da boa conduta social em que o cidadão “*estadonovista*” deveria se comportar.

## Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: EdUNESP, 1998.

BITTAR, Mariluce. **Política de educação na região sul de Mato Grosso e a influência da congregação salesiana**. Comunicação apresentada ao VI Congresso Internacional da Brazilian Studies Association – BRASA, Atlanta, Geórgia/USA, 4 a 6 de abril de 2002.

BITTAR, Marisa e FERREIRA Jr., Amarílio. “De freguesia a capital: 100 anos de educação em Campo Grande”. In: **Campo Grande - 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

BURMAN, Erica. **La desconstrucción de la Psicología Evolutiva**. Díaz. Madrid: Visor. 1998. Trad. José Luis González.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo**. Campinas: Papirus, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Ideologia e Mobilização Popular**. RJ: Paz e Terra, 1978.

---

<sup>37</sup> BURMAN, Erica. **La desconstrucción de la Psicología Evolutiva**. Díaz. Madrid: Visor. 1998.

<sup>38</sup> THOMSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998, p.183.

DALLABRIDA, Norberto. **A Fabricação escolar das elites**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade, 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade, 3: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GARCIA, Nelson Jahr. **O Estado Novo: Ideologia e Propaganda: a Legitimação do Estado Perante as Classes Subalternas**. SP: Loyola, 1982.

GOULART, Silvana. **Sob a Verdade Oficial: Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo**. RJ: Marco Zero, 1990.

LENHARO, Alcir. **Nazismo: O Triunfo da Vontade**. SP: Ática, 1986.

MANOEL, Ivan A. **Igreja e Educação Feminina (1859-1910): Uma face do conservadorismo**. São Paulo: EdUNESP, 1996.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

PENTEADO, Yara. **Auxiliadora - setenta anos**. Campo Grande: Gráfica Ruy Barbosa, 1996.

RAGO, L.M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890/1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, Maria Cândida Delgado. **Tessitura de Destinos. Mulher e educação. São Paulo 1910/20/30**. São Paulo: EDUC, 1993.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: A organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 2003.

ROSA, Maria da Glória Sá. **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: EdUFMS, 1990.

SCHWARTZMAN, Simon. **A Igreja e o Estado Novo: O Estatuto da Família. Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, vol. 37, Maio, 1980. s/p.

\_\_\_\_\_.; BOMENY, Helena & COSTA, Vanda. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

SILVA, M. dos S. **A Educação Brasileira no Estado-Novo: 1937/1945**. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

THOMSON, John. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.